

Movimentos sociais e a mídia étnica: Entre diálogos críticos e decoloniais nas redes digitais

Social movements and ethnic media: Between critical and decolonial dialogues in digital networks

Movimientos sociales y medios étnicos: Entre diálogos críticos y descoloniales en las redes digitales

Recebido: 07/12/2024 | Revisado: 12/12/2024 | Aceitado: 12/12/2024 | Publicado: 14/12/2024

Bruna Pollyana Almeida da Costa

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3255-7914>

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil

E-mail: pollyvida62@gmail.com

Resumo

A comunicação e o fazer comunicacional, na contemporaneidade utilizam a linguagem como instrumento de poder e dominação social. Nesse sentido, o objetivo geral deste estudo é analisar os movimentos sociais e a mídia étnica, entre diálogos críticos e decoloniais nas redes digitais. Metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica narrativa de cunho qualitativa. Concluiu-se que ao longo do estudo, as análises, as problematizações e as representações realizadas pelos movimentos sociais étnicos não se esgota aqui, tampouco as perspectivas de estudos críticos, decoloniais e assumidas nessa pesquisa como um traço distintivo entre os movimentos. A mídia é um trabalho que, de modo aproximativo e reflexivo, busca problematizar as construções (re)afirmativas a respeito do processo de identificação do ser indígena nesta sociedade envolvente. Assim, o que vem sendo exposto em rede social é uma parte da sua significação. O que se veicula/publiciza são parte das lutas por direitos e das ‘redes de mobilização’.

Palavras-chave: Comunicação; Indígenas; Movimentos sociais; Rede digitais.

Abstract

Communication and communication practices in contemporary times use language as an instrument of power and social domination. In this sense, the general objective of this study is to analyze social movements and ethnic media, among critical and decolonial dialogues on digital networks. Methodology: This is a qualitative narrative bibliographic research. It was concluded that throughout the study, the analyses, problematizations and representations carried out by ethnic social movements are not exhausted here, nor are the perspectives of critical, decolonial studies assumed in this research as a distinctive feature among the movements. The media is a work that, in an approximate and reflexive way, seeks to problematize the (re)affirmative constructions regarding the process of identification of the indigenous being in this surrounding society. Thus, what has been exposed on social networks is part of its meaning. What is broadcast/publicized is part of the struggles for rights and the ‘mobilization networks’.

Keywords: Communication; Indigenous people; Social movements; Digital networks.

Resumen

El objetivo de esta investigación es reflexionar sobre la educación básica y profesional, la inclusión y la transformación en la vida de los jóvenes del Programa Projovem Urbano en la ciudad de Manaus-Am. El trabajo presenta la experiencia de los estudiantes que participan en la inclusión social, considerando su contexto de crianza relacionado con tasas de deserción escolar secundaria, un alto número de jóvenes que no lograron completar su educación primaria o profesional, y los estudiantes que participan en el programa están excluidos de sociedad. Metodología, se trata de una investigación cualitativa y estudio de caso. Se encontró que los jóvenes necesitan ayuda y necesitan capacitarse para ejercer su ciudadanía, la diferencia en este programa es recuperar el tiempo perdido, poder recuperar los cambios en la vida de los estudiantes a través de la escolarización y la formación profesional. Así, se observó que Projovem Urbano es una política nacional dirigida a jóvenes de 18 a 29 años, que no han concluido sus estudios y que se encuentran en situación de pobreza, ofrece la posibilidad a los jóvenes de completar su educación primaria, en una propuesta que viene a beneficiar a los estudiantes para el mercado laboral profesional. La investigación busca reflejar que los desafíos no están solo en los resultados para los jóvenes beneficiados por Projovem, sino, principalmente, en la implementación y construcción del programa mismo.

Palabras clave: Comunicación; Indígena; Movimientos sociales; Red digital.

1. Introdução

A linguagem parece ser o mais complexo, sofisticado e estruturado sistema de mobilização comunicacional das relações sociais. Através de sistemas de comunicação cada vez mais tecnológicos ela se dá com eficiência também nas redes digitais. Essa mesma linguagem que se multifaceta em palavras, imagens e símbolos se constituem em discursos decisivos para determinados modos de produção textual. No entanto, como muito bem construiu Paulo Freire (1989) em ‘A importância do Ato de Ler’, “a leitura do mundo precede sempre leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele” (Freire, 1989, p. 13). Tal ponderação traz uma primeira reflexão importante à tona: a de que o contexto em que os discursos são produzidos tanto no meio social quanto nas suas extensões de redes digitais ainda carecem de uma ampliação no que se refere às leituras críticas do mundo.

Hoje, os textos disponibilizados nas redes sociais, sejam eles em formato audiovisual ou textual, operam quase que exclusivamente para a manutenção de ideologias em circuitos dialéticos excludentes.

Assim, temos nos movimentos sociais uma referência de um novo tipo de comunicação, que funciona para esses grupos como ferramenta de interação nas redes digitais, o que para nós se constitui como um fenômeno recente.

Contudo, entendemos que expressa um árduo caminho de lutas entre os grupos organizados, sobretudo os grupos étnicos indígenas e negros no país, tendo em vista que as forças ideológicas do poder se encontram em oposição aos propósitos desses movimentos considerados excluídos e subjugados pelo contexto social (Oliveira & Freire, 2006).

Entre as organizações de movimentos indígenas e negros, se estruturam discursos por meio da utilização de ferramentas tecnológicas que possibilitam a transmissão de mensagens entre os grupos de movimentos sociais que fazem uso da internet, com o objetivo de difundir/socializar os saberes dos povos e para reivindicar a garantia dos seus direitos.

Nesse sentido, o complexo modo de comunicação é abordado neste trabalho por intermédio dos estudos em linguística crítica, Fairclough (2016). Situando-se nas chamadas linguagens textualmente orientadas, através do qual os significados linguísticos discursivos que geram sua materialização prática, entendemos e nomeamos como uma espécie de ‘engajamento social’, para utilizar um termo da internet. O grau de persuasão e de dominação ideológica-discursiva que os discursos carregam é medido pela manutenção das produções e do consumo desses mesmos discursos.

Para o autor de ‘Discurso e Mudança Social’, “o sujeito social que produz um enunciado não é uma entidade que existe fora e independentemente do discurso, mas é, ao contrário, uma função do próprio enunciado” (Fairclough, p. 70, 2016).

Assim, o objetivo deste estudo é analisar os movimentos sociais e a mídia étnica: entre diálogos críticos e decoloniais nas redes digitais.

2. Metodologia

É uma pesquisa bibliográfica que, de acordo com Gil (2002), é uma pesquisa que busca em fontes bibliográficas, que podem ser livros de leitura, publicações periódicas (jornais e revistas) e impressos diversos.

Severino (2007), destaca que a pesquisa bibliográfica pode ser feita nos bancos de dados digitais como: via internet, Portal da Capes, Scientific Electronic Library Online (SciELO), bem como, Google Acadêmico.

Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, nesse sentido, a revisão narrativa da literatura, teve como base as especificações de Rother (2007).

É uma Pesquisa de cunho qualitativa, pois buscou-se analisar dados sobre a temática, visando assim, não destacar as estatísticas ou números, mais fatos que embase a pesquisa (Bauer; Gaskell & Allum, 2002).

Assim, foram pesquisados 13 artigos que fizeram parte da construção deste estudo, nesta etapa foram descartados os artigos pagos, bem como os que apresentaram tema repetidos. Em seguida foram analisados e aplicados nos resultados e

discussão de acordo com a temática, buscando responder o objetivo proposto.

3. Caso Clínico

Entendemos linguisticamente o termo enunciado como sendo o próprio discurso. Assim, podendo depreender que para a manutenção do aparato social predominantemente capitalista no mundo moderno-colonial, sua estrutura enunciativa/discursiva realiza-se nos meios de comunicação entre suas estruturas de dominação para operar, sobretudo, hoje, por intermédio das redes sociais nas plataformas de redes sociais na internet, mantidas por grupos detentores do poder.

Assim, a necessidade do aprofundamento no debate sobre a atuação das chamadas novas redes de saberes étnicos na internet. Nessa contribuição, se consolidam textos/imagens/vídeos, enquanto materialização das visibilizações indígenas: visibilidades culturais, diversidades, especificidades, religiosidades, simbologias, e, principalmente, da ideia de combate aos discursos do ‘índio genérico’. Pois, mesmo com o empenho e a resistência dos movimentos sociais indígenas na sociedade contemporânea, ainda é frequente essa compreensão de que ‘índigena é tudo igual’.

Isso faz emergir a importância, cada vez maior, do combate aos preconceitos e às violências contra povos étnicos, o que nos parece ser ainda a pauta de maior urgência no Brasil de 2024. Tendo em vista que o desenvolvimento de um projeto educativo pode desconstruir práticas sociais hegemônicas de violência contra populações negras e indígenas.

Verifica-se que os referidos grupos precisam construir suas próprias redes contra as formas de violência que ainda se impõe às populações indígenas e negra. E compreende-se que as diversas formas de mobilização têm gerado resultados positivos para os grupos e movimentos de usuárias/usuários na internet, se apresenta como um dos caminhos possíveis para a educação antirracista.

As ‘redes de mobilização’ na internet, da mesma forma como as redes de mobilizações reais, buscam conexões entre hashtags, links e outros recursos digitais que aproxime o movimento indígena para às suas representações virtuais. O uso dessas ferramentas de gêneros textuais possibilita a tecitura de discursos nas redes que são produzidas por esses grupos organizados e permite a manutenção de pautas sempre vivenciadas entre os movimentos indígenas, cada vez mais visibilizadas pelas contas de ativistas indígenas na internet.

A observação de perfis possibilitou a visualização de uma série de discursos que se (inter)conectam com os grupos étnicos e, por conseguinte, possibilita uma análise das identidades/identificações indígenas, a partir desses perfis com a leitura do mundo (o real). A ampliação desse processo de territorialização pelos povos originários se deu/dá pelo alcance comunicacional das próprias redes e das redes com os usuários. Pois, retomando o que Faircough (2016) sinaliza, os discursos se dão por intermédio do meio social em que são produzidos e deles não podem ser desassociados.

Os discursos fazem, portanto, do social e das práticas sociais sua própria função e materialização, mobilizam a sociedade na promoção de seus interesses. E na Amazônia também articulam redes de interesse político, econômico e social entre todos os povos. Atualmente, observa-se um aumento em escala crescente no acesso à internet por parte de comunidades da região Amazônica. Muito por conta do ‘olhar econômico’ de grupos capitalistas que já se instalaram na região em busca do que Milhomens (2023, p. 44) chama de as maiores fontes de recursos naturais hoje conhecidos no mundo, sua dimensão continental e diversidade ecossistêmica, somadas a um secular abandono de políticas públicas por parte do Estado e dos governos locais, que fizeram com que a região durante muito tempo fosse deixada a própria sorte.

A partir desses acessos às redes sociais na internet, os grupos articulados discursam sobre as suas pautas políticas, utilizando as plataformas sociotécnicas para falar de ativismo social indígena, também denominado de etnoativismo e/ou etnociberativismo. Não atribuiremos nenhuma nomenclatura, e sim, as nomenclaturas utilizadas pelos ativistas.

Para dialogar com esse recente fenômeno em redes digitais, seguimos as construções teóricas em Milhomens (2018), utilizamos o termo ciberativismo ou ativismo digital (ou ainda, etnoativismo e/ou etnociberativismo) na Amazônia. Todas essas nomenclaturas são de uso entre entes dos movimentos, na literatura em produção e, portanto, de nosso interesse que sejam evidenciados e potencialmente investigados em futuras produções acadêmicas.

As pesquisas sobre os novos processos de comunicação que constituem os movimentos sociais indígenas na América Latina, em especial, na Amazônia, se apresentam desafiadoras. Segundo o IBGE (2022), isso ocorre devido à carência de mais estudos que construam perspectivas a partir das-com as vozes dos povos indígenas. Pois, ainda que a região norte e o Amazonas, segundo dados do Censo 2022, abriguem a maior quantidade de pessoas indígenas do país – 45% delas estão na região norte e são responsáveis por abrigar mais de 490 mil indígenas – para Sartoretto e Caffagni (2022, p. 39) “as pesquisas em comunicação digital entre os povos indígenas é escassa e geralmente não é centrada nas perspectivas indígenas”.

Por isso, concordamos com Milhomens (2018), que o ponto nevrálgico dos estudos está centrado na preocupação dos autores com a manutenção das linhas de estudos interdisciplinares que integram as perspectivas teóricas decoloniais aos trabalhos que os movimentos sociais de base indígena na região norte estão produzindo. Barroso (2023), ressalta a evidência da conexão discursiva entre militância e política nos movimentos sociais, ambas como objeto e método das pesquisas “a partir do reconhecimento da violência às mulheres do campo e da floresta passam a se organizar como coletivos de mulheres. Na Amazônia, a violência dos grandes projetos é um dos motes, senão a razão central, para as mobilizações sociais na região” (Barroso, 2023, p. 95).

Retomando Milhomens (2018) para elencar algumas identificações que foram visibilizadas ao longo dos últimos 4 anos. Nas produções da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), da Rádio Yandê, da Mídia Índia, entre outras redes, sobre a necessidade do enfrentamento às construções de grandes empreendimentos como a Transamazônica, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, etc. contribuiu para a organização e a manutenção da comunicação entre os povos indígenas do Brasil a partir desses coletivos.

Os materiais midiáticos, produzidos e distribuídos nas redes sociais digitais desses respectivos coletivos de movimentos indígenas na região norte do país, não deixam de lado que os estudos sociais e os processos em educação são pautas necessárias nos meios acadêmicos. A ponto de chamar atenção do público universitário, mas também podendo alcançar as/os alunas/alunos das escolas regulares de ensino públicas e privadas de todo o estado brasileiro. Pois, assim, os conhecimentos e os saberes ancestrais, transmitidos através das mídias sociais, poderão chegar para toda a sociedade.

Os diversos fenômenos relacionados à diversidade e a complexidade na Amazônia, o movimento de mulheres e a militância digital são alguns dos caminhos teóricos trilhados a partir das discussões sobre as temáticas étnico-sociais entre os povos hoje. E autores indígenas e não-indígenas produzem, discutem e visibilizam construtos teóricos que se constituem importantes meios de pesquisas a respeito dos perfis sociais, das identidades e dos processos históricos dos movimentos sociais indígenas no Brasil, aqui sendo discutido a despeito das lutas e as resistências das organizações indígenas e de seus povos através da militância digital.

A nós interessa, sobretudo, alimentar-compreender a pauta diante dos muitos desafios que se configuram na modernidade e nas relações entre os sujeitos com o espaço-tempo moderno nas redes, a partir dos relatos midiáticos-postados pelos próprios indígenas em seus perfis nas redes sociais na internet. As organizações de movimentos sociais na região e neste tempo-espaço investigado, desenvolvem/desenvolveram ações em coletivos midiáticos de jornalismo e/ou ativismo social na rede mundial de computadores com o objetivo de analisar, problematizar e fomentar a formação-utilização da comunicação pelos povos indígenas.

É nesse sentido, segundo Sartoretto & Caffagni (2022, p. 40), que surgem as chamadas ‘redes de mobilização’, enquanto uma construção teórica que busca representar os movimentos de resistência indígena, os quais vêm se fortalecendo ao longo das

últimas décadas, em especial, “a partir de 1990, com a popularização da rádio rural e da emergência das tecnologias digitais de informação, os movimentos indígenas passaram a utilizar a mídia para autorrepresentação, organização”.

Oportuno destacar, desde já, que o termo ‘redes de mobilização’ será adotado neste trabalho como uma representação discursiva-teórica dessas ações dos movimentos indígenas, principalmente o realizado por mulheres indígenas no Estado do Amazonas. Utilizaremos tal denominação como base teórica para a definição dos mecanismos de articulação política nas redes em conjunto com as demais organizações conectadas a elas.

Nossa dedicação-compromisso de pesquisa é inspirada pelos identificáveis e visíveis esforços operados pelos coletivos indígenas no Amazonas e pelas resistências frente as dificuldades ainda enfrentadas por elas nos meandros insipientes das redes sociais.

A/O indígena que articula junto aos movimentos sociais utilizando as mídias digitais, adentra em um território já dominado/ocupado por discursos outros, por vezes preconceituosos e discriminatórios, mas que precisam ser desconstruídos para que os novos movimentos continuem suas lutas constantes em busca da manutenção e garantia de direitos e políticas públicas de proteção para os seus povos. Que não seja apenas uma letra ou narrativa escrita-anunciada e sim uma ‘voz’ do ser indígena reverberando para além das telas.

Assim as/os indígenas protagonizam ações coletivas e constroem discursos de cunho político, buscam de um modo mais didático educar a sociedade envolvente quanto aos processos de formação-utilização dos possíveis significados da recente ocupação-territorialização das redes digitais na contemporaneidade e a compreensão do que é ser indígena nos espaços-tempos atuais.

Retornamos a Barroso (2015, p. 31), e destacamos uma importante definição desse processo de identificação e (re)afirmação do ser mulher indígena. Ela afirma “ser ou não ser índio não diz respeito à identificação biológica e muito menos jurídica, mas a um autorreconhecimento da identidade étnica, que não é natural, e sim construída nos processos de sociabilidades ligados tanto às culturas indígenas como às estratégias sociais e políticas em contextos urbanos”.

Compreendemos que a história dos movimentos sociais indígenas no Brasil é marcada pela luta e pela resistência muito antes do advento das plataformas digitais, das redes de mídias sociais e até mesmo a mídia mais tradicional como o jornal impresso e a televisão. No entanto, ainda pouco investigada e publicizada por parte das academias e pela sociedade envolvente de modo geral. Nesse escopo, o ativismo das mulheres ainda que forte e difundido entre outros movimentos de base social no país, carece de mais visibilizações e discussões entre as/os alunas/alunos nas escolas, nos livros didáticos, nas demais mídias e outros contextos sociais.

Pois o trabalho realizado pelos coletivos de mulheres, buscam fortalecer as suas lutas e as suas reivindicações do presente-passado, mas também as lutas políticas de suas antepassadas, as denominadas pelos coletivos de ‘guerreiras da ancestralidade’.

Ao longo das últimas décadas, a preocupação com os temas relacionados ao meio ambiente desponta como mote para diversos debates em meio acadêmico e político. Entre sensacionalismos políticos ou preocupações reais de grupos interessados na pauta ambiental vêm construindo na sociedade oportunidades para que questões indígenas expostas em sessão plenária nas assembleias legislativas e câmaras de deputados. No entanto, essa inquietude política não se inclina para atender as reivindicações das/dos indígenas, pois as pautas que as gestões públicas atendem, em muitas ocasiões, não estão alinhadas com as necessidades dos povos indígenas em nosso país. Exemplo disso é a afirmação de Milhomens (2022, p. 18):

Últimas décadas, a questão indígena na América Latina começou a ser tratada de forma diferente pelos governos de seus respectivos países, menos pela preocupação em resolver problemas seculares relacionados a essas populações, e mais pelo reordenamento geopolítico da economia mundial, onde a exploração dos recursos naturais se tornou, cada vez mais, essencial para a produção e retroalimentação do sistema capitalista global. Voltado, principalmente, à exigência

da extração maciça de commodities (minérios, água, petróleo, gás, madeira etc.), recursos estes concentrados, em sua grande maioria, próximos ou dentro de territórios indígenas (grifos do autor).

Isto significa, que a exploração sustentável e preservação do bioma Amazônico e dos demais recursos naturais da região são pautas necessárias nas reuniões e eventos diplomáticos. Desse modo, entendemos que negligenciar as reivindicações dos povos originários é concordar com a continuidade do modo colonial e com as políticas predatórias neoliberais entre os mercados do norte global e do Sul. Tal prática evidencia os riscos políticos e sociais para os povos indígenas e também para a riqueza cultural do país, bem como, para a própria Amazônia e suas políticas ambientais, pois, o sistema moderno-colonialista vigente age sob todos os recursos, econômicos e sociais/culturais. Aqui, na Amazônia, eles o destroem e transformam em mercadorias e lucro antes mesmo de aprender sobre seu verdadeiro valor natural/biológico e cultural.

Diante desse cenário, o pensar, o fazer, o lutar, o resistir... indígena é importante, bem como a revelação dos aspectos das identidades e das identificações do ser indígena na modernidade conectada e articulada às redes. É desafiador, no sentido de que precisamos apontar as carências existentes e visibilizar as ações e os saberes desses povos que têm tanto a nos dizer.

Uma imagem, referente a indígena Tuíra Kayapó foi produzida no ano de 1989, e se refere ao evento que ocorreu durante uma das mais importantes audiências públicas em Altamira, Estado do Pará, sobre os debates em torno dos efeitos danosos que a construção da Usina de Belo Monte-Kararaô, localizada no Rio Xingu, causaria no território indígena daquela região.

Segundo as/os indígenas presentes no evento, a Belo Monte causaria um grande impacto ambiental e durante o evento, percebendo que os 'gritos' dos guerreiros Kayapó (Mebêngôkre) não eram ouvidos, Tuíra Kayapó, mulher forte, guerreira e destemida, enfrentou, diretamente, o presidente da Eletronorte, o senhor José Muniz Lopes, colocando a lâmina do seu facão em seu rosto.

Essa ação corajosa de enfrentamento da indígena Kayapó se caracteriza como parte de uma formação e utilização de sua linguagem ancestral de luta contra as opressões da sociedade envolvente. As negações e as negligências do Estado para com toda a população indígena da região atingida pela construção da usina hidrelétrica e retratada na imagem como um grito. Certamente, uma imagem forte e potente que percorreu o mundo e foi manchete em diversos veículos de comunicação na época.

Trinta anos após o conhecido episódio, Tuíra Kayapó ainda resiste e se mantém disposta a lutar pela garantia e a manutenção dos direitos dos povos indígenas. Em 2019, em um debate político na Câmara dos Deputados em Brasília, ela enfrentou com bravura a fala preconceituosa de um deputado, na época, vice-líder do governo do presidente Jair Bolsonaro (2018-2022).

O referido parlamentar preferiu diversas palavras de cunho ofensivo, direcionado aos indígenas presentes na sessão e desqualificou o trabalho dos movimentos indígenas que estavam reivindicando suas pautas. Na ocasião, ele afirmou que os indígenas, nas Terras Indígenas (TI), que dirigiram caminhonetes de luxo, não mereciam ter seus recursos garantidos, pois não precisavam deles por já dirigirem tais carros. O deputado ainda defendeu a exploração mineral em terras indígenas. Após o discurso do político, Tuíra Kayapó repudiou a fala do parlamentar e em sua língua materna pediu respeito para com todos os povos indígenas.

Em sua fala de protesto, a mulher Kaiapó pediu respeito e garantia de proteção para seu povo e os demais povos indígenas. Demonstrou conhecimento sobre as leis existentes para proteger a vida e os territórios dos povos indígenas e ainda solicitou que a sua mensagem fosse levada ao chefe do Poder Executivo, o então presidente Jair Bolsonaro. Com a mesma coragem de 30 anos antes, Tuíra Kayapó continua enfrentando a hegemonia de um sistema político capitalista racista e pretensamente hegemônico, o qual se importa apenas com os lucros gerados pelas explorações dos territórios indígenas.

Compreendemos que as figuras nos conduzem para além de um registro temporal. Elas representam a luta contínua de mulheres que se (re)afirmaram e ainda precisam se (re)afirmar enquanto mulheres indígenas possuidoras de conhecimentos, de

voz e de direitos no Brasil. Assim, concordamos com o que aponta Milhomens (2022) ao resgatar a importância dos saberes ancestrais dos povos originários como parte integrante das formações e das utilizações da comunicação.

O autor articula os saberes dos povos indígenas como parte diretamente ligada aos debates políticos. E assim, indissociável das formações identitárias com as novas formas de comunicação da modernidade. Pois, os chamados ‘novíssimos movimentos sociais étnicos’ visam a comunicação, mas sobretudo uma educação não colonialista.

Logo o conhecimento produzido pelas populações indígenas está diretamente ligado à sua visão – ou cosmovisão – de mundo. Nela há um arcabouço milenar que constrói um processo multidimensional de compreensão da vida, em suas várias nuances e aspectos. Mesmo com a imensa diversidade de populações originárias (só no Brasil mais de 300), e, portanto, de perspectivas diversas, sua grande maioria não separa as pessoas do que a cultura ocidental branca chama de natureza, ambos estão imbricados (Milhomens, 2022, p. 26).

Para Milhomens (2023), na esteira desses apontamentos podemos compreender a importância da manutenção do diálogo entre os movimentos sociais na internet e o etnociberativismo nas ‘redes de mobilização’. Essas redes de coletivos indígenas além de articular a criação e a dialogicidade entre indígenas e não-indígenas, buscam criar ‘fendas/brechas’ discursivas na ‘armadura’ colonial. E, a partir dos trabalhos produzidos por mulheres indígenas em Manaus e outros movimentos sociais e indígenas nas ruas e, posteriormente, no tempo-espço da internet, compreendemos, tal qual Milhomens (2018), que os fluxos dessas produções são acompanhados de ressignificações nesses contextos. Como já mencionamos, optamos nesta pesquisa em não adotarmos nenhum termo específico, por justamente julgamos ser mais importante a apresentação da multiplicidade das denominações/nomeações nesse período histórico.

As alternativas em forma de novas formas de construir discursos contra coloniais trazidos pelas associações e movimentos de coletivos indígenas na internet, tornam os marcadores e os pertencimentos culturais mais coerentes e justos com a vivência Amazônica do que aqueles impostos e defendidos pelos colonialistas modernos do capitalismo. Esta modernidade, ainda que pouco ativa no combate à exploração das riquezas naturais, já passam a considerar as ações indígenas como práticas discursivas e práticas sociopolíticas em reuniões e eventos globais, os quais tratam das relações e interesses dos estados-nação com as questões indígenas. A imagem a seguir ilustra uma dessas inserções modernas em representação de participações em eventos de visibilidade global.

O evento se refere a Conferência do Clima das Nações Unidas que ocorreu na cidade de Sharm el-Sheikh, no Egito, em novembro de 2022, em meio a pandemia de Covid-19. O objetivo da conferência foi discutir maneiras de enfrentar as mudanças climáticas através de dados mostrando que o mundo não está fazendo o suficiente para combater as emissões de carbono e proteger o futuro do planeta.

Com este protagonismo as visibilizações para a “Amazônia” introduz a presença e a participação de mulheres indígenas Sateré-Mawé e representantes da Associação Amism na 27ª Conferência da ONU sobre o tema das Mudanças Climáticas (COP 27), no painel intitulado ‘Juventudes, Florestas e Amazônia’. O discurso da etnocomunicadora e etnoativista Sâmela Sateré-Mawé foi marcado por sua participação na modalidade presencial. Sua mãe, a atual coordenadora da Amism, Regina Sateré-Mawé, na modalidade virtual. Na ocasião, Sâmela Sateré-Mawé destacou em sua fala o seu papel enquanto ativista desde a infância, os primeiros protagonismos diante das novas telas digitais e as ações futuras dos movimentos indígenas para o enfrentamento das políticas de desmatamento na Amazônia.

Boa tarde, gente. Eu me chamo Sâmela Sateré-Mawé, eu sou indígena do povo indígena Sateré-Mawé, de Manaus, Amazonas, da região norte do Brasil. Essa aqui é minha mãe, Regina Sateré-Mawé [aponta para a tela]. Eu nasci em uma associação chamada Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism), que foi criada pela minha avó na década de 1980, onde ela foi coordenadora por muito tempo. E a atual coordenadora é minha mãe. A gente trabalha esse processo de ativismo dos povos indígenas, da juventude e das mulheres indígenas há muito tempo. As pessoas as vezes

me perguntam quando foi que você decidiu ser ativista. E eu procuro na minha mente um tempo, um espaço, um lugar e eu não encontro. Eu sempre estive em atos, em manifestos, em reuniões, fazendo artesanatos. Isso sempre foi parte da minha infância. Então, não tem um momento em que a gente escolhe ser ativista (Sâmela Sateré-Mawé, Cop 27, 2022).

A fala da ativista Sâmela Sateré-Mawé evidencia as (re)afirmações sobre a importância das reivindicações políticas e da valorização cultural dos povos originários. Essas afirmações/visões são as mesmas visões e afirmações já produzidas e protagonizam pelas mulheres ao longo do tempo de atuação em movimentos sociais de base. Desse modo, podemos afirmar que não foi por causa da sua atuação nas redes digitais que as mulheres conseguiram este protagonismo atual, mas por causa dele. Isto é, o árduo trabalho junto aos movimentos de ativismo social vem fomentando há décadas o que hoje denominou-se chamar de “redes de ativismo digital”, “etnoativismo”, ou até mesmo “etnociberativismo”.

Ainda que, não se possa deixar de ignorar a existência de barreiras sociopolíticas, logísticas e econômicas limitantes à prática ativista desses grupos e movimentos. Tais barreiras discursivas, limitam e/ou impedem as ações afirmativas, pois, promovem ainda a colonização do sistema patrilinear, o racismo, a violência de gênero entre outras consequências.

Para a coordenadora da Amism, Sônia Regina e Angélica Sateré-Mawé, que atuam diretamente no Rio Marau, a presença das igrejas evangélicas nas comunidades tem alterado o modo de vida do povo Sateré-Mawé. Considerando que a questão religiosa cristã é uma condição sociocultural imposta à comunidade, a força colonizadora das igrejas evangélicas discrimina a cultura ancestral dos Sateré-Mawé ao associar a sua cultura ao mal. É nesse sentido que Dona Regina Sateré-Mawé (Entrevista, 2023), afirma que “além de ter que ensinar eles a cuidar da terra, porque eles não conhecem mais a cultura, não sabem usar as ervas, eles também não usam mais os objetos sagrados dos Sateré-Mawé, por causa das igrejas evangélicas”.

Esse crescente ‘abandono’ e ‘inferiorização’ da cultura e das crenças ancestrais indígena são motivos de preocupação entre os coletivos de movimentos sociais indígenas e agora já é fonte de debates acadêmicos. Em seus estudos e vivências na Terra Indígena Andirá-Marau, Ramos (2021) registra que mesmo sendo uma mulher indígena ela ainda não havia se questionado a respeito da imposição moderna-colonial das igrejas evangélicas, até o momento que identificou a presença delas no interior das comunidades e de como a cultura Sateré-Mawé estava sendo ‘julgada’ por elas.

Por isso, a autora afirma que “a busca com as identificações do mundo moderno, de certa forma, dificulta o pensar e o fazer Sateré-Mawé. Talvez, a falta de conhecimento da importância que temos nos deixa nessa posição colonizadora. Deixamos de praticar os nossos costumes para credibilizar outros” (Ramos, 2021, p. 46). Diante desses desafios, os coletivos de mulheres indígenas se articulam em rede para anunciar e compartilhar seus protagonismos e resgatar seus saberes construídos a milhares de anos, mas negados e apagados a partir da colonização moderna dos últimos tempos.

Seja compartilhando os saberes com os parentes ou visibilizando seus pertencimentos nas ocupações das telas virtuais com outros grupos sociais, as mulheres vêm se afirmando e reafirmando, desenvolvendo projetos na Terra Indígena Andirá-Marau, para que as mulheres Sateré-Mawé que residem na terra indígena possam cultivar seus orgânicos, suas ervas, seus animais, seus saberes, seus conhecimentos, suas ancestralidades, entre outras formas de subsistências e de (re)existências.

Compreendemos que ao desenvolver projetos, que promovem a agricultura familiar e o plantio de ervas, mudas e outras formas de cultivos das matérias primas nas aldeias Guaranatuba e Nova Esperança, a Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé promove uma prática de envolvimento e pertencimento com a ‘Mãe Natureza’ – denominada de política de desenvolvimento sustentável tais práticas incentivam, cada vez mais, o cultivo de produtos naturais nas comunidades Sateré-Mawé, ao passo que também mobilizam politicamente as pautas ambientais a partir de uma educação decolonial nas aldeias (Estácio, 2019).

A exposição de textos na internet compete com a visibilidade de outros posts e estes assim como aqueles precisam sempre alcançar determinadas visualizações para serem considerado um algoritmo valioso no universo digital. Neste sentido, pontuamos que os temas que envolvem pautas indígenas e questões como políticas ambientais e sustentáveis estão cada vez mais

frequentes nas discussões midiáticas e, por conseguinte, nas mesas de negociações das empresas as quais operam na região Amazônica.

Nas mídias sociais e comunicacionais, em fóruns de estudos acadêmicos e eventos políticos internacionais as pautas Amazônicas versam sobre as regulações como: Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados, certas propostas em torno da PL 2630/2020 (Lei das Fake News) e da regulação da Inteligência Artificial –, assim como a adoção de políticas públicas de educação midiática crítica. Nada disso, porém, virá como uma dádiva ou concessão de governos e empresas, mas sim pela conquista da ação coletiva organizada.

Mesmo diante da multiplicidade de povos, existem esforços para manter os diálogos entre as organizações, os povos e as comunidades nas regiões atuantes, a fim de manterem as redes de mobilizações atuantes (Nunes & Campos, 2022). E uma dessas organizações na região amazônica, é a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, foi instituída aos 19 de abril em 1989, e se auto reconhece enquanto a maior organização indígena regional do Brasil. Ela compõe a base da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, instância de aglutinação e referência nacional do movimento indígena brasileiro. A Coiab também integra outras redes de organizações indígenas nos âmbitos nacional e internacional, e atualmente é responsável por desempenhar ações de gestão e fortalecimento político, defesa do direito dos povos indígenas, realização de formações políticas e técnicas e outras ações prioritárias. Essas, construídas, a partir das demandas e das reivindicações de lideranças, indígenas aldeadas e as/os cidadinas(os) – aquelas(es) que vivem em contextos urbanos.

Compreendemos, a partir de Barroso (2015), que para os povos falantes de mais de 100 línguas distintas, constituir espaços de relações e de articulações, movimentos de organização e ativismos e etnociberativismos não parece – e não deve – estar desassociado de políticas territoriais para os povos indígenas. Daí a importância da demarcação das terras indígenas e da ocupação virtual desses grupos de movimentos sociais.

Frente a essa realidade, e considerando o caráter delimitativo da presente pesquisa, bem como os resultados pretendidos, apresentaremos, brevemente, o histórico e os perfis na rede social Instagram de oito organizações indígenas que integram a Coiab e que possuem atuação constante nas redes. Essas organizações são:

- 1) Associação de Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (Amism),
- 2) Federação das Organização Indígenas do Rio Negro (Foirn),
- 3) Movimentos dos Estudantes Indígenas do Amazonas (Meiam),
- 4) Coordenação do Povos Indígenas de Manaus e Entorno (Copime),
- 5) Fórum de Educação Escolar e Saúde Indígena do Amazonas (Foreeia),
- 6) Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Apiam),
- 7) Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro (Amarn),
- 8) Rede de Mulheres Indígenas do Amazonas (Makira E'ta).

Assim, representamos neste trabalho, a característica básica de suas atuações articuladas em redes de movimentos de base e ativismo indígena no Amazonas (Barroso, 2023) . E fazemos essa construção imagética e representativa, a partir das suas identidades visuais disponibilizadas no Instagram, visibilizando-as e compreendendo-as enquanto um ativismo digital. Conforme, nos aponta Milhomens, Estácio, Milena (2015, p. 70), “o ativismo/militância feita por meio da internet e de seus recursos comunicacionais e de articulação disponíveis é definido como uma prática de ciberativismo na Amazônia”.

A partir da estruturação dessas associações e organizações as funções e as atividades de cada integrante são delimitadas de modo que os espaços de mobilizações se ampliam em possibilidades de visibilizações das redes sociais na internet para o universo real das comunidades indígenas. Essa prática reitera que, desde as primeiras diásporas das aldeias para as cidades, os

povos indígenas, conforme aponta Araújo (2015), estabeleceram um importante percurso e vivência partindo de suas terras indígenas para outros territórios.

4. Considerações Finais

Segundo evidenciamos ao longo do estudo, as análises, as problematizações e as representações realizadas pelos movimentos sociais étnicos não se esgota aqui, tampouco as perspectivas de estudos críticos, decoloniais e assumidas nessa pesquisa como um traço distintivo entre os movimentos. Ele é um trabalho que, de modo aproximativo e reflexivo, busca problematizar as construções (re)afirmativas a respeito do processo de identificação do ser indígena nesta sociedade envolvente.

O que vindo sendo exposto em rede social é uma parte da sua significação. O que se veicula/publiciza são parte das lutas por direitos e das ‘redes de mobilização’ a partir de muita luta nas ruas.

Igualmente valiosas as estruturas sociais e discursivas presentes nas simbologias e nos mitos de origem ancestral das mulheres Sateré-Mawé. Nesse sentido, os tempos atuais, ao mesmo tempo que são modernos-coloniais, também possibilitam e fazem surgir atos transgressores e subversivos decoloniais.

Assim, os vínculos políticos da Amism, aliados aos seus protagonismos femininos de ordem matriarcal, os seus pertencimentos, as suas identidades/identificações, as suas ancestralidades Sateré-Mawé, dentre outras, (re)afirmam as suas cosmogonias e assumem um compromisso ético-político de combate/resistência das colonialidades do poder, do ser e do saber, em uma aproximação dialógico-prática com a decolonialidade. E esses papéis/ações sociais, hoje, são assumidamente militantes (etnoativista e/ou etnociberativista) e se constituem/formam no-dos-com os movimentos e as organizações de política indígena e/ou indigenistas, construídas pelas-com as populações indígenas.

Ressaltamos também, a importância das discussões realizadas pelas ações/postagens na rede @amism_sateremawe e na @sam_sateremawe, as quais sustentam/assumem um comprometimento ético, do mesmo modo que assumimos em nossa pesquisa com os povos e as populações indígenas, com características políticas e éticas, as quais têm o condão de possibilitar o surgimento de ‘outros-novos’ debates, resistências e re-existências.

Por isso, assumimos a decolonialidade enquanto perspectiva/ação/prática de leitura atrelada às práticas e as ações interculturais críticas e decoloniais se apresentam enquanto um compromisso ético-político e construtos teóricos potentes de combate as múltiplas expressões das colonialidades (do poder, do ser, do saber). Estes, enquanto pensamentos, vem sendo discutidos nas universidades – mesmo não tendo surgido nelas, mas sim nos movimentos, nas fronteiras, entre as/os subalternizadas(os) e excluídas(os) – e pesquisadoras/pesquisadores tem construído possibilidades de tecituras e diálogos das suas questões nos processos educativos. Tais leituras foram e continuam a ser importantes e necessários, pois o espaço-tempo da educação também demarcado pelas colonialidades e (re)afirmadas pelo euro-USA-centrismo nelas presente.

Nesse sentido, evidenciamos o papel fundamental de um fazer educação de caráter decolonial. Tal linha de estudos pode realizar a partir da leitura/compreensão de imagens/textos publicados/postados nas redes novas depreensões sobre a imagética, a cosmogonia, cosmovisões nas produções/publicações da Amism em seu perfil no Instagram. Parte significativa das postagens analisadas trilham os caminhos decoloniais.

Por isso, temos a certeza de que esse é um processo de mudanças para os povos originários, não de modo definitivo, mas ocupado com muita bravura pelas mulheres guerreiras Sateré-Mawé, Tikuna, Munduruku...

Assim, as análises empreendidas acerca dos estudos sobre identidades ou identificações na contemporaneidade, demonstram, ao nosso entender, que há processos de opressão e de violência enfrentados pelas populações indígenas, sobretudo pelas mulheres. mas consideramos oportuno também destacar a produção etnoativista e etnociberativista dos movimentos sociais investigados.

As mulheres indígenas já habitavam a América Latina desde a época da sua invasão e elas vêm sendo dizimadas a mais de três séculos. Ao passo que ainda resistem e persistem na afirmação de um futuro ancestral.

Não como um retorno, pois é impossível recuperar o que já foi perdido para sempre, mas como um pensar outro sobre o futuro do planeta e da própria humanidade que ao longo dos séculos, vindo sendo sumariamente explorados pelo modelo capitalista moderno-colonial que inspirou/incentivou (bem como inspira/incentiva) os colonialistas a criarem diversos modos de exploração das populações ao redor do mundo.

Compreendemos que o texto imagético é uma representação que se insere no campo do discurso enquanto um elemento pelo qual é possível realizarmos leituras críticas a respeito de determinados fatos. Além disto, ao abordarmos representações femininas, identificamos que elas são predominantes nos discursos de construção das identidades/identificações das mulheres Sateré-Mawé pela representação dos seus corpos-territórios.

Nesse sentido, recomenda para novos estudos que a análise de composição das imagens representou/representa uma leitura/olhar de valor documental e atitudinal, dada as mobilizações/ações realizadas por elas, uma vez que deslocam, subvertem, transgredem, enfim descolonizam estereótipos, como na discussão trazida do termo genérico 'índio', o qual foi/deve ser problematizado e transgredido.

Referências

- Araújo, W. d. R. M. (2015). *As mulheres Sateré-Mawé: nas tramas do trabalho doméstico em Manaus*. Manaus: Editora EDUA.
- Barroso, M. F. (2023). A luta das mulheres do Xingu contra os grandes projetos na Amazônia. In: Milhomens, Lucas (Org.). *Amazônia e movimentos sociais: diálogos entre a cidade e a floresta*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, p. 95-118.
- Barroso, M. F. (2015). Rotas críticas das mulheres Sateré-Mawé no enfrentamento à violência doméstica: novos marcadores de gênero no contexto indígena. EDUA, Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. C. (2002). Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento - Evitando confusões. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: *Vozes*, p. 17-36.
- Cop27: (2022). *o que você precisa saber sobre a Conferência do Clima da ONU*. <https://brasil.un.org/pt-br/205789-cop27-o-que-voc%C3%AA-precisa-saber-sobre-confer%C3%Aancia-do-clima-da-onu>
- Estácio, M. A. F. (2019). *Juventudes Indígenas em Espaços Urbanos Amazonenses: narrativas Sateré-Mawé*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2019.
- Fairclough, N. (2016). *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB.
- Freire, P. (1989). *A importância do Ato de Ler*. Editora Cortez.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4. ed.). Editora Atlas.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo Demográfico 2022*. <https://censo2022.ibge.gov.br/>.
- Milhomens, L. (Org.). (2023). *Amazônia e movimentos sociais: diálogos entre a cidade e a floresta*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA.
- Milhomens, L. (Org.). (2022). *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA.
- Milhomens, L., Estácio, A., & Milena, B. (Orgs.). (2015). *Amazônia: mosaico de reflexões interdisciplinares*. Manaus: Editora Valer; UEA Editora.
- Milhomens, L. (2018). *Movimentos Sociais e redes de mobilização na Amazônia: o caso da elétrica de Belo Monte*. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- Nunes, K. M. & Campos, M. d. (2022). Movimento indígena, produção audiovisual e o fortalecimento das lutas dos povos originários no Brasil: breve percurso histórico. In: MILHOMENS, Lucas (Org.). *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias*. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, p. 65-82.
- Oliveira, J. P. de & Freire, C. A. da R. (2006). *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Laced/Museu Nacional.
- Ramos, C. M. (2021). *Cantos e danças: "uma antropologia da musicalidade Sateré-Mawé"*. Dissertação (Dissertação de Mestrado) - Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas.

Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, São Paulo, 20(2), v-vi, jun.

Sartoretto, P. M. & Caffagni, L. G. L. (2022). Da representação cultural à mudança estrutural: o problema da comunicação indígena no Brasil. In: MILHOMENS, Lucas (Orgs.). *Comunicação, questão indígena e movimentos sociais: reflexões necessárias* São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: EDUA, p. 39-62.

Severino, A. J. (2007). *Metodologia do Trabalho Científico*. (23. ed.). Editora Cortez.